

PREVENÇÃO E ATUAÇÃO FRENTE A ATAQUES EM ESCOLAS DE GOIÁS

PREVENTION AND ACTION IN FRONT OF ATTACKS IN GOIÁS SCHOOLS

GOMES, Wesley Batista¹
RIBEIRO, Paulo Henrique²

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade demonstrar a necessidade de elaboração e implantação de um sistema de segurança nas escolas, pautado na prevenção e associado a um procedimento de contingência que deve ser colocado em prática nas escolas do estado de Goiás, no caso de alunos ou professores de ensino serem atacados por um ou mais indivíduos portando arma, ocorrência que, por vezes, configura crises com resultados traumatizantes. Esta proposta parte da constatação da inexistência de um trabalho voltado para proteção da comunidade estudantil, dentro do ambiente escolar, guiado por uma metodologia padronizada e adequada à realidade de várias instituições de ensino, que, nos últimos anos, vêm sofrendo ataques motivados por fatores diversos. Para tanto, no transcorrer deste artigo, foi observado e exposto o estudo de profissionais de psicologia, educação, segurança pública e privada, bem como realizada a análise de algumas ocorrências desse tipo no Brasil e em outras partes do mundo. O resultado consiste na elaboração de um procedimento simples, mas indubitavelmente eficaz, que foi descrito e detalhado ao final, tendo como finalidade contribuir para um ambiente escolar seguro e produtivo.

Palavras-chaves: Ataque a escolas. Arma. Prevenção a ataque em escola. Procedimento de contingência.

ABSTRACT

The present study aims to demonstrate the need to develop and implement a security system in schools, based on prevention and associated with a contingency procedure that must be put into practice in schools in the state of Goiás, in the case of students or teachers teaching staff to be attacked by one or more individuals with weapons, an occurrence that sometimes configures crises with traumatic results. This proposal stems from the fact that there is no work aimed at protecting the student community, within the school environment, guided by a

¹Aluno do Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares (CHOA), graduado em Gestão de Segurança Pública pelo Instituto de Tecnologia e Educação de Goiás (ITEG-GO), técnico do Procedimento Operacional Padrão (POP) da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), onde atua há 19 anos, instrutor da Academia da Polícia Militar (APM), serviu no Batalhão de Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM), Batalhão de Choque, Grupo de Radiopatrulha Aérea (GRAER) e na Segunda Seção do Estado Maior. E-mail: wesleyrotamchoque@outlook.com.

²Orientador, subcomandante do GRAER, oficial formado no Curso de Formação de Oficiais (CFO) da PMGO, bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), gestor em Segurança Pública pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), instrutor do Comando da Academia da Polícia Militar (CAPM), técnico do POP, trabalhou no 1º Batalhão da Polícia Militar (BPM), no Batalhão de Choque, Tático Operacional Rodoviário (TOR), Comando de Operações de Divisas (COD).

standardized methodology and appropriate to the reality of several educational institutions, which, in recent years, have been suffering attacks motivated by different factors. Therefore, in the course of this article, the study of psychology, education, public and private security professionals was observed and exposed, as well as the analysis of some occurrences of this type in Brazil and in other parts of the world. The result is the elaboration of a simple, but undoubtedly effective procedure, which was described and detailed at the end, with the purpose of contributing to a safe and productive school environment.

Keywords: Attack schools. Weapon. School attack prevention. Contingency procedure

1 INTRODUÇÃO

Os ataques a unidades de ensino em qualquer parte do mundo são acontecimentos preocupantes, uma vez que ao longo dos anos vemos este tipo de tragédia, fruto do descontrole da mente humana, acontecer com maior frequência. O maior número de registros encontra-se nos Estados Unidos da América (EUA), país que, por consequência, tem um dos melhores aparatos para lidar com esse tipo de situação, seja na prevenção ou intervenção propriamente dita.

Sem observar nenhum dado ou fazer uso de qualquer pesquisa, é possível mencionar vários ataques a escolas pelo mundo. Essas tragédias são amplamente divulgadas pela mídia. Como exemplos desta inercial problemática, têm-se o massacre ocorrido em 1997, em uma escola escocesa, realizado por um líder escoteiro da escola, que deixou 16 crianças e uma professora morta, e o massacre no colégio Marjory Stoneman Douglas, em Parkland, Flórida EUA, em 2018, quando um ex-aluno deixou 17 mortos. No Brasil, onde infelizmente podemos citar dezenas de casos com motivações diversas, o caso de maior repercussão e mais recente ocorreu na escola estadual Raul Brasil, em Suzano, São Paulo (SP), em que dois homens armados entraram e mataram 7 pessoas no interior da escola.

Na última década, ocorrências desse tipo vêm acontecendo repetidamente. Vários estados brasileiros já noticiaram casos de ataque armado a alunos ou a professores nas escolas. No estado de Goiás, não é diferente, e os ataques passaram a acontecer em menor espaço de tempo. Um deles ocorreu no ano de 2017, em Goiânia, quando um adolescente, aluno do Colégio Goyases, conseguiu entrar na instituição de ensino armado e efetuar diversos disparos com uma pistola, matando 2 adolescentes, um de 12 e outro de 13 anos. Segundo o menor, ele era vítima de *bullying* e queria se vingar dos autores das ofensas.

Esses são fatos tristes que não podem ser ignorados. Estudos desenvolvidos nos Estados Unidos mostram que os causadores das tragédias, na maioria das vezes, sofrem de

alguma espécie de transtorno ou foram criados em famílias desajustadas. A questão do *bullying*, que aparece por várias vezes como estopim e configura uma motivação para a prática das ações criminosas deve ser verificada com muita atenção. Importa que tais eventos trazem grande tristeza e comoção, pois têm como resultado crianças feridas ou mortas, perdas irreparáveis que não afetam apenas uma família ou uma cidade, mas todo o país.

Por esse motivo e em virtude dos recentes acontecimentos em centros de ensino do estado de Goiás, verifica-se a necessidade de se criar mecanismos que coíbam tais ocorrências ou instrumentalize as pessoas envolvidas a agirem diante dessas circunstâncias. Nesse sentido, temos como objetivo geral enumerar medidas preventivas, bem como adotar um plano de ação a ser seguido pela comunidade estudantil, caso estes se vejam em meio a um ataque por indivíduo portando arma ou instrumento que possa ferir de forma letal. As medidas preventivas devem envolver um cuidado especial com a segurança orgânica e predial das escolas, com orientação para profissionais e alunos que convivem na rotina escolar e observação atenta para mudanças de comportamento de quaisquer frequentadores do meio estudantil.

Para isso, observamos ocorrências que tiveram destaque no Brasil e em várias partes do mundo e consultamos especialistas da área de psicologia que atuam com segurança pública para empregar os conhecimentos de forma satisfatória e eficaz, a fim de materializar uma proposta de ação, conforme exposto no Apêndice E.

Importante saber que a prevenção sempre é o meiomais barato ou menos prejudicial, secomparado com as medidas adotadas após um ataque. Sem falar que, caso ações desse tipo aconteçam, a possibilidade de perda de vidas é muito grande e os prejuízos são incalculáveis. Por mais atentos que fiquemos, as mentes voltadas para práticas criminosas, por vezes, conseguem ultrapassar as barreiras de segurança.

Diante disso, evidencia-se a necessidade de se adotar medidas para que profissionais dos estabelecimentos e alunos conheçam um procedimento próprio e específico de modo que consigam garantir suas vidas até a chegada das forças de segurança.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para alcançar o objetivo proposto, foi preciso analisar o ambiente escolar e estudar alguns dos motivos que levam as pessoas a cometerem verdadeiras barbáries, como atacar de forma letal inocentes em um ambiente em que todos estão imbuídos do objetivo de tornar a

vida em sociedade harmoniosa e produtiva. Não falamos meramente de violência escolar, o que certamente está implícito, mas buscamos discuti-la de modo qualificado, investigando ataques planejados que têm com uma única finalidade tirar vidas.

Lucas e Cabral (2010) tratam a violência nas escolas de forma ampla e generalizada, sendo suas análises de suma importância, pois abordam o convívio escolar, alertando para necessidade de orientar jovens não apenas no que se refere aos currículos pedagógicos, mas também quanto à necessidade de um acompanhamento para a vida.

As grandes diferenças sociais e dificuldades vivenciadas por vários alunos, associadas a um ambiente competitivo e de certa forma cruel, faz com que alguns se desviem dos caminhos da ética e do civismo conforme apregoado nas escolas. A casa de ensino, que deveria ser uma extensão dos lares na formação do caráter, tornou-se um local insípido e cruel. Diante desse contexto, educadores alertam para que a instituição não fique limitada por paredes de concreto, mas ocupe seu lugar como mediadora da aprendizagem para a vida, pautada na compreensão e no respeito. Isso leva a uma convivência próxima do que podemos enumerar como forma de prevenção a ataques com arma a membros da comunidade estudantil, tendo em vista que alguns dos que acometem as pessoas nesses ambientes, com uso de armas, vêm do meio colegial.

Os motivos que antecedem um ataque a uma escola são vários; entretanto, no Brasil, quando se inicia qualquer conversa sobre o tema, o *bullying* é citado como motivo capital de todos os distúrbios que levam ao cometimento de crimes violentos contra estudantes ou profissionais de educação. Rossato e Rossato (2013) citam o *bullying* como um problema de saúde pública que coloca o ambiente escolar como o quarto lugar de convívio entre pessoas onde mais acontecem crimes, superando até mesmo os bares, onde geralmente seus frequentados estão sob efeitos do álcool. Conforme afirmam, no ano de 2012, cerca de 13 milhões de crianças sofreram *bullying* nas escolas brasileiras e, dentre essas, 3 milhões abandonaram o ambiente estudantil, informação que configura um quadro alarmante.

O fator complicador em relação às tratativas desta prática de atos violentos, intencionais e repetidos contra uma pessoa indefesa deve a constantes mutações sociais, comuns em um mundo globalizado e de comunicação dinâmica por meio da internet. Em seus diversos meios, o *bullying*, que no início do século XX, para muitos, não passava de brincadeira de criança, em nossos dias, é algo sério e de graves consequências, podendo até mesmo ser classificado, com base em algumas derivações, como *bullying* direto ou indireto, *bullying* por omissão, *cyberbullying* e *bullying* verbal, entre outros.

Certamente, educadores e profissionais de segurança pública no Brasil não estão completamente errados ao convergirem para o tema do *bullying* sempre que se fala em violência com arma de fogo no ambiente escolar.

A escola se transformou em uma espécie de ‘passaporte para a entrada na sociedade’. Entre milhões de crianças que ingressam muito cedo nas escolas e aí permanecem por um tempo maior, às vezes por períodos integrais, muitas carregam um duro ‘fardo’ cotidiano, ao ter de suportar constantes agressões que podem imprimir em suas vidas sérios sofrimentos, muitos deles irreversíveis, transformando o *bullying* em problema de saúde pública, que, no limite, pode levar a suicídios e a massacres. (ROSSATO; ROSSATO, 2013, p. 5).

Indubitavelmente, o tratamento do *bullying* é um requisito para prevenção a ataques em ambientes estudantis e deve ser abordado com afinco e preocupação pelas autoridades envolvidas, sejam profissionais da educação ou de segurança pública. No entanto, não podemos deixar de lado os outros motivos que podem ocasionar tragédias que envolvam ataques individuais ou coletivos com uso de arma branca ou de fogo.

Durante as pesquisas que norteiam este trabalho, deparamo-nos com os estudos de Peter Langman, um requisitado especialista em psicologia de atiradores de escolas e outros autores de violência em massa nos Estados Unidos. Ao longo de mais de 20 anos trabalhando com essa temática, ele não define o *bullying* como o único motivo para que indivíduos cometam ataques a escolas, também não determina um padrão exclusivo para os algozes, podendo ser homens ou mulheres, ou ainda adolescentes e crianças de ambos os sexos.

A sociedade americana de psicologia mantém um respeitado site que trata dessa área da saúde e publicou, em novembro de 2017, uma entrevista do referido especialista que colabora de forma contundente com esta pesquisa, abrindo um leque de situações a serem consideradas (LANGMAN, 2017). Na ocasião, ele esclarece que, com relação a atiradores em escolas, é comum que alguns mitos sejam tratados como verdade absoluta, o maior deles é que quem comete os crimes são vítimas de *bullying*. De fato, isso pode ocorrer, mas seu significado foi explorado de forma exagerada.

Outro mito é que somente jovens do sexo masculino estão envolvidos nessas situações, mas em seus estudos as pessoas têm entre 11 e 62 anos, sendo a maioria adulta. Isso significa que meninas também podem puxar um gatilho, assim como os meninos. A pesquisa aponta que 95,3% dos autores eram do sexo masculino e 4,7% do sexo feminino, ou seja, apesar de menos comum, o sexo feminino não pode ser descartado e tratado como fator de impossibilidade. Outro mal-entendido é que atiradores de escolas são solitários, pessoas que não tem convívio em grupo, isso não é verdade. Em 2014, por exemplo, Jaylen Fryberg, de 15

anos, se tornou atirador de uma escola uma semana depois de ser eleito príncipe do baile. Naquele momento, ele era um dos adolescentes mais populares. Essas definições não são apenas imprecisas, mas perigosas, porque podem levar as pessoas a não atentarem para algumas ameaças, explica o psicólogo.

Verificando os fatores psicológicos associados a esses atiradores, é possível afirmar que os indivíduos em questão geralmente se enquadram em uma das três categorias psicológicas: psicopata, psicótico, atirador traumatizado. Esta última geralmente compreende pessoas de famílias desajustadas que podem ter sofrido vários tipos de abusos ou traumas. Embora as pessoas psicóticas e psicopatas possam ter alguma disfunção em casa, na maioria das vezes, elas vêm de famílias intactas da classe média, já os atiradores traumatizados são tipicamente de classe social extremamente baixa e apresentam como característica marcante o convívio com pais violentos, disfuncionais e com antecedentes criminais.

Diante disso, é preciso considerar que a maioria das pessoas dessas categorias não comete assassinato em massa, portanto, isso não é uma explicação, e sim um ponto de partida para compreensão. Ainda, analisando as orientações de Langman (2017), passamos a observar os fatores que contribuem para prática de violência, que muitas vezes corresponde a uma série de falhas, rejeições e contratempos. Entre os adolescentes, pode ser que um garoto que terminou um namoro, por iniciativa da sua namorada, seja em seguida suspenso da escola, receba uma multa de trânsito, seja preso por alguma coisa ou ainda esteja enfrentando problemas familiares. Se algum desses fatores ou todos acontecem na vida de alguém psicótico ou traumatizado, isso terá uma combinação de dinâmica psicológica e eventos da vida que colocam as pessoas em um caminho de violência. Entre os adultos, é mais provável que seus fracassos estejam relacionados a casamentos malsucedidos, carreira profissional inexpressiva ou problemas financeiros.

Nos atiradores mais jovens, na faixa dos 20 anos, observa-se algum tipo de influência externa, colegas que os recrutam para participar de um ataque, ou de um “modelo”. Estudos apontam que foram encontrados pelo menos uma dúzia de atiradores atraídos por Adolf Hitler e os nazistas, podendo ser também modelos fictícios como o do filme “*Natural Born Killers*”, citado por alguns dos indivíduos em questão. Com relação às vítimas de tiroteios em escolas, as pessoas costumam afirmar, de forma errônea, que os atiradores estão retaliando contra os atormentadores, o que nem sempre é verdade, já que, de acordo com o observado em um grupo de 48 atiradores, apenas 1 atacou seu perturbador.

Quando o criminoso possui um alvo pré-selecionado, na maioria das vezes, verifica-se que se trata de funcionários da escola, professores ou administradores e, em segundo lugar, estudantes do sexo feminino, o que no Brasil pode-se configurar como feminicídio, dependendo do relacionamento existente entre vítima e autor.

Para evitar tiroteios nas escolas, o ideal seria que tivessem equipes de avaliação de ameaças e um psicólogo como membro, cuja principal tarefa seria averiguar ameaças e separar alarmes falsos de violência potencial ou eminente. Essa investigação pode incluir não apenas uma entrevista da pessoa que está sendo alvo da preocupação, mas também de membros da família, colegas e professores. Caso necessário, o problema pode ser levado às autoridades policiais, que possuem o devido amparo legal para investigar a conduta do suspeito, observando a necessidade de intervenção policial ou médica.

A participação em equipes de avaliação de ameaças pode variar de acordo com as configurações. Em geral, esses grupos multidisciplinares devem incluir a administração, o corpo docente, profissionais de saúde mental e, às vezes, representantes legais. Nessas ocasiões, os psicólogos estão em melhor posição para entrevistar e avaliar, procurando evidências de personalidade psicopata, problemas psicóticos e histórico de trauma. O próximo passo é construir um relacionamento com essa pessoa para avaliá-la.

Ao observarmos as conclusões do renomado especialista americano, verificamos que os motivos pelos quais indivíduos atacam instituições de ensino são diversos, bem como o perfil desses criminosos, que podem ser crianças, adolescentes ou adultos, membros da comunidade estudantil ou ex-aluno e até mesmo um professor ou ex-professor. Portanto, as barreiras protetivas a serem criadas devem ser eficazes diante de um público heterogêneo e não apenas composto por jovens vítimas de *bullying*.

As medidas de segurança devem de início se referir à estrutura física. Ou seja, as edificações das escolas, de acordo com o preconizado pela atividade de inteligência, mais precisamente a contra-inteligência, que se destina à salvaguarda de informações materiais e de pessoas de determinada corporação, e implicam no controle da entrada do público interno e externo, além de monitoramento da área interna e suas adjacências. Os meios de controle e segurança de uma instituição também devem ser aderidos à edificação destinada a ser uma escola, já no projeto de construção, o que melhora a funcionalidade do ambiente.

No entanto, é conhecido o fato de que grande parte das escolas não foi construída com essa finalidade, mas adaptadas para se tornarem uma casa de ensino. Felizmente, isso não torna impossível uma adequação em busca de segurança. Barbosa (2016) apresenta uma teoria para elaboração de um plano de segurança que pode ser utilizado em qualquer

empreendimento desde que adaptado à realidade. Dessa maneira, é possível o uso de ferramentas administrativas para segurança privada, no sentido de segurança patrimonial, conforme explica, podendo ainda ser utilizada em qualquer edificação, não importando ser o gestor um ente público ou privado.

No que se refere à segurança orgânica, é importante a presença de seguranças ou vigilantes, preferencialmente armados. É fato que uma considerável parcela de educadores se posiciona de forma contrária à presença de armas no interior das escolas, porém, ao observar o procedimento operacional padrão da polícia militar no processo 109, uso seletivo da força, verificamos que, no emprego escalonado da força ou dos meios, um indivíduo poder ter alguma chance de se defender de forma eficaz contra ataques de arma de fogo se responder à altura, fazendo uso de uma arma para defesa de sua vida e de terceiros, sendo tal ação legítima e amparada na legislação vigente, conforme apregoa o art. 25º da Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984: “Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem (BRASIL, 1984).

As ressalvas quanto à presença de armas de fogo são compreensíveis, vivemos em uma sociedade violenta, com um maior número de mortos por arma a cada ano. Apesar disso, deve ser observado que essas armas estão nas mãos de criminosos, que, segundo a lei, não deveriam portá-las. Armas nas mãos de trabalhadores, pessoas idôneas, conscientes e treinadas para empunhá-las não oferecem nenhum risco à sociedade. Ao contrário, podem socorrê-las quando criminosos utilizam de seus equipamentos ilícitos para subjugar pessoas inocentes. Sob este aspecto “As leis de direito a porte reduzem o número de pessoas mortas ou feridas em tiroteios públicos de múltiplas vítimas, muitos agressores são completamente impedidos de atacar, outros, quando ocorrem os ataques, são parados antes que a polícia chegue” (LOTT JR., 2014).

Algumas instituições de ensino em Goiás podem, facilmente, se adequarem a esse meio de proteção. Um exemplo são as escolas municipais de Goiânia, onde existe uma guarda metropolitana cuja destinação precípua é a proteção do patrimônio municipal, tendo seus agentes o direito ao porte de armas. Assim, as escolas municipais teriam uma segurança armada semelhante à dos colégios militares de Goiás, que possuem em seu corpo funcional policiais militares sempre em condições de dar uma resposta eficaz frente a crises dessa natureza.

Após essa análise inicial das possibilidades e acontecimentos de ataques com armas, observemos o enredo da ocorrência abaixo:

Águas Lindas de Goiás, 2019, Coordenador é morto por aluno dentro do colégio estadual Machado de Assis, segundo delegado, a vítima foi esfaqueada por um jovem, que fugiu após cometer o crime. Investigação inicial aponta que o suspeito não gostou de ter sido retirado de um projeto esportivo na escola e, por isso, cometeu o crime. (GONÇALVES, 2019).

Diante disso, é mister a necessidade de elaborar uma proposta que evidencie um procedimento de contingência para escolas, conforme exposto neste estudo (Apêndice E), tendo em vista os acontecimentos recentes e a inexistência de um plano de prevenção e defesa para as unidades de ensino em nosso estado. Para cumprir com esse propósito, este estudo foi direcionado em três linhas:

- a) organização da segurança orgânica padronizada e eficaz, envolvendo o mínimo de gastos e dentro de uma realidade eficiente, com poucas mudanças estruturais, tendo como principal objetivo a implantação de um sistema de vídeo monitoramento, conforme descrito no Apêndice C;
- b) treinamentos, envolvendo funcionários e alunos dentro da escola, visando à extinção do *bullying*, a detecção de distúrbios ou crimes diversos como a presença do tráfico ou uso de drogas, e a divulgação para o conhecimento de todos os itens, como apresentado no Apêndice D;
- c) sequência de ações a serem seguidas caso a escola se veja como vítima de ataque com armas, para não deixar esse público ser um alvo fácil, salvando o máximo de vidas, ou todas, se possível. Essa sequência de ações foi por nós exposta no Apêndice E.

Ao final, foi documentado um procedimento pautado pela realidade e necessidade do público estudantil do estado de Goiás, que podese compreender e implantado por diversas instituições que cumprem a árdua tarefa de preparar crianças e adolescentes para o futuro, visando o desenvolvimento pessoal e da nação brasileira.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa de campo de cunho quantitativo e qualitativo consiste na aplicação do Questionário aos Dirigentes de Escolas (Apêndice A) ou responsáveis das escolas de Goiânia, localizadas na área do 9º Batalhão da Polícia Militar de Goiás, local em que se concentra várias camadas sociais e possui índice de criminalidade dentro do aceitável, o que diminui a

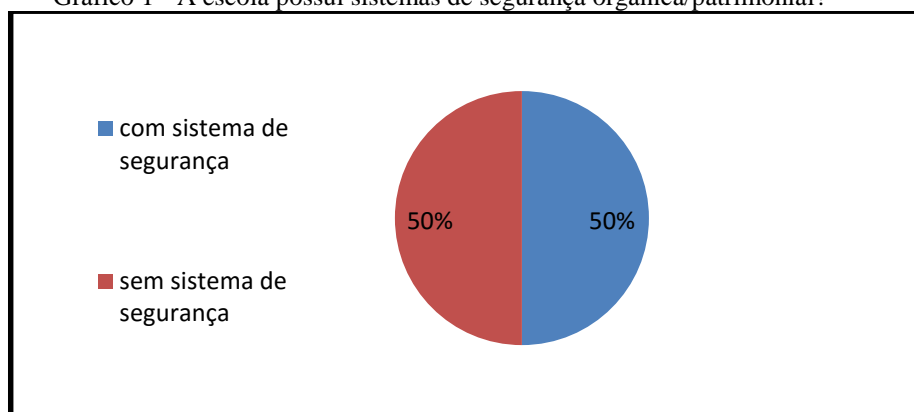
possibilidade de resultados negativos ou falso positivo. De modo específico, buscou-se com isso:

- a) verificar a existência de um sistema de segurança orgânica/patrimonial na escola; se existe algum programa de prevenção à violência no interior da escola, e se a escola realiza algum tipo de treinamento sobre os modos de agir em caso de ataque por indivíduo armado; se a escola já registrou algum tipo de ataque por indivíduo com arma de fogo; se existe necessidade de elaboração de um procedimento com normas a serem adotadas em caso de ataque por indivíduo com arma;
- b) solicitar a um profissional de psicologia ligado à área de segurança pública uma orientação técnica a respeito da forma comportamental daqueles que podem estar sofrendo com o *bullying*, bem como daqueles que praticam maus tratos contra colegas. Uma vez identificado, buscou-se compreender como deve ser a abordagem desse aluno ou funcionário da escola, deixando o profissional de psicologia livre para fornecer qualquer outra informação que julgue relevante ao trabalho proposto;
- c) analisar o quadro de ocorrências no Brasil em relação ao mundo, observando semelhanças entre os ataques, de forma a subsidiar a instituição de medidas de preservação da vida;
- d) realizar uma pesquisa bibliográfica em livros e sites da Web verificando trabalhos de especialistas acerca das pessoas que atacaram escolas, observando suas motivações, comportamentos e formas de atuação, subsidiando o desenvolvimento do procedimento;
- e) criar um grupo de estudo virtual, utilizando um e-mail específico com a turma A do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) 2019, por serem especialistas em segurança pública e estarem na Academia da Polícia Militar em um período voltado para o aperfeiçoamento profissional. O objetivo foi estabelecer com este grupo uma sequência de ações preliminares que envolvam uma cultura tática de defesa dos profissionais de educação e alunos, vítimas desses ataques em escolas de Goiás;
- f) elaborar, após análise de todos os dados colhidos, um procedimento padrão com a indicação de ações preventivas e uma sequência de ações a serem adotadas nas escolas em Goiás caso estejam sendo vítimas de ataques por pessoa portando arma de fogo;
- g) promover, como forma de consolidação e para validar as ações estabelecidas, a revisão do procedimento com o auxílio de técnicos do Procedimento Operacional Padrão da PMGO.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

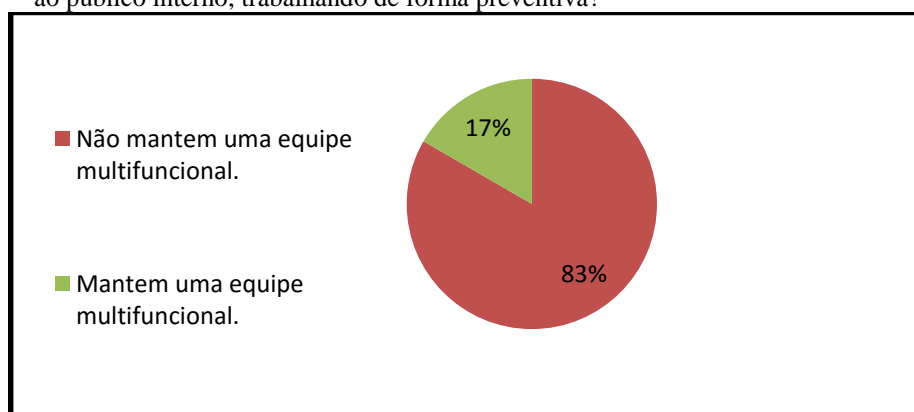
Durante as pesquisas de campo foram visitadas 12 escolas que colaboraram com o estudo. Todos os estabelecimentos estão localizados na região norte da cidade de Goiânia, cuja segurança preventiva está a cargo do 9º Batalhão de Polícia Militar de Goiás. As instituições de ensino investigadas oferecem educação a crianças e jovens do ensino fundamental e médio, sendo que 4 delas são estaduais, 4 municipais e 4 particulares. O questionário aplicado foi guiado por 4 questões delineadoras, das quais extraímos as seguintes informações dispostas em forma de gráficos:

Gráfico 1 - A escola possui sistemas de segurança orgânica/patrimonial?



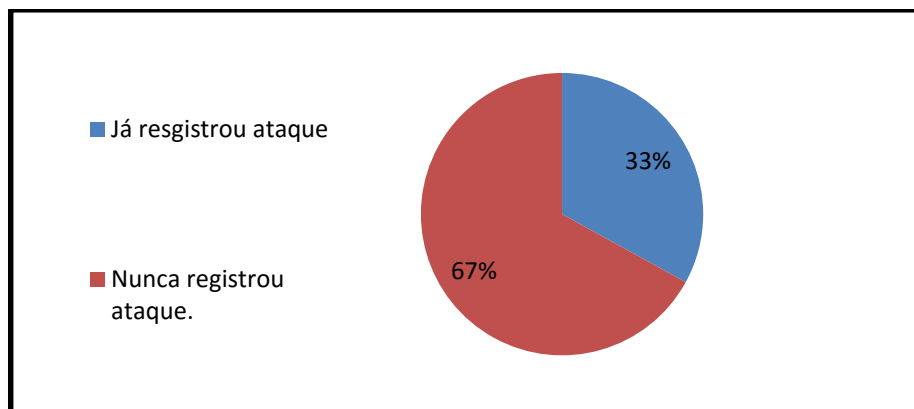
Fonte: O Autor(2019).

Gráfico 2- A escola mantém uma equipe multifuncional para detecção e orientação ao público interno, trabalhando de forma preventiva?



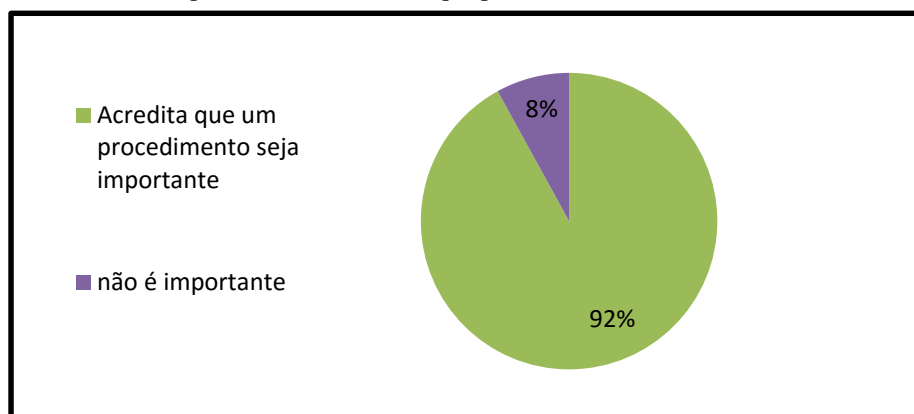
Fonte: O Autor (2019).

Gráfico 3 – A escola já registrou algum ataque por indivíduo com arma?



Fonte: O Autor (2019).

Gráfico 4 - A escola acredita ser importante a elaboração de um procedimento que oriente como se portar diante de um ataque por indivíduo armado?



Fonte: O Autor (2019).

Da pesquisa de campo, pode-se verificar que 84% das escolas orientam seus alunos com relação aos malefícios da prática do *bullying*, seja através de palestras ou por meio de explanação do professor em sala de aula. No entanto, 83% das instituições não fornecem nenhum tipo de acompanhamento ou tem algum programa que visa detectar se algum aluno está sendo vítima dessa atitude, como também não proporciona acompanhamento aos autores dessa conduta tão prejudicial ao meio estudantil.

De acordo com o verificado, fica evidente a necessidade da implementação de um projeto eficaz de prevenção e reação a ataques com arma no interior das escolas goianas como o proposto no presente estudo. De nada adianta realizar palestras e orientações a respeito do *bullying* se não for levado em conta a existência de dezenas de motivos que podem gerar uma crise armada. Nesse sentido, é indispensável a fomentação de barreiras físicas aliadas a uma postura preventiva para evitar esse tipo de tragédia.

Espantoso notar durante as pesquisas de campo que nenhuma das escolas visitadas faz qualquer treinamento orientado para o público interno saber como se comportar no momento de uma crise, em caso de indivíduo portando arma de fogo ou arma branca. Esse é um quadro deletério que precisa ser modificado. Vale ressaltar que este trabalho não é sobre psicologia, mas vemos nesse ramo do conhecimento um caminho para cumprir e pautar objetivos propostos.

De fato, seria uma fatalidade instituímos barreiras de segurança ou medidas de proteção sem antes observar o que especialistas em distúrbios da mente humana e educadores dizem sobre a violência e as tragédias por ataque às escolas no Brasil e no mundo, sobretudo porque entendemos que a prevenção ao ataque deve ter início no cotidiano da vida escolar. Para tanto, solicitamos a uma psicóloga da Polícia Militar de Goiás, lotada na equipe de psicologia do Hospital da Polícia Militar, e que atua com pessoas em ambiente de ensino, na Academia de Polícia Militar, local onde observa diariamente problemas e dificuldades que alguns trazem consigo ou desenvolvem dentro da instituição de ensino, que nos orientasse acerca daquilo que observa, para notarmos quando algum indivíduo estiver enfrentando um problema que possa torná-lo violento, ou que ofereça risco ao seu grupo de convívio.

Portanto, perguntamos: Que tipo de sinais ficam evidentes em pessoas que estão sofrendo algum transtorno? Como deve ser a abordagem a esse indivíduo? Quem são as pessoas que devem ser envolvidas no processo de acompanhamento? Tais questionamentos foram respondidos com uma orientação técnica. Em seu relato (Anexo A), a psicóloga Ana Paula Nogueira, afirma: “É importante que pais, professores e demais envolvidos na dinâmica escolar fiquem atentos aos sinais indicativos de manifestações de transtornos mentais, o mais precocemente possível, como piora no rendimento escolar, falta de interesse/desmotivação, labilidade emocional, tristeza sem motivo aparente, irritabilidade, isolamento social, embotamento afetivo, automutilação, ideias recorrentes de culpa e inutilidade, mudança súbita e inexplicável de comportamentos, conteúdos fantasiosos e pouco realistas, ausência de empatia”.

As demais orientações transmitidas pela profissional da Polícia Militar de Goiás estão descritas na íntegra no Anexo A e foram consideradas de suma importância durante a elaboração dos procedimentos propostos detalhados nos apêndices C, D, E.

Em resumo, verificamos que os motivos que levam alguém a atacar o público interno de uma escola são inúmeros, sendo que, no Brasil, verifica-se que a maioria dos acontecimentos estão relacionados ao *bullying*, mas os outros motivos que levam a esse tipo de crise não podem ser desconsiderados, uma vez que ocorrem ataques armados relacionados

ao consumo de drogas ou por pessoas que vivem na marginalidade e encontram a violência como única forma de sanar suas decepções, entre outros fatores. Infelizmente, em Goiás, exemplos desses acontecimentos não faltam:

O Tribunal do Júri de Caldas Novas condenou ontem (26/4) o estudante D. H. S. pelo assassinato do diretor do colégio onde o jovem estudava. Sustentada pelo promotor de Justiça da Comarca de Caldas Novas – GO, a acusação apontou que o estudante, que havia solicitado uma vaga no Colégio Estadual Nivo das Neves, matou o diretor com um tiro na cabeça por ter seu pedido recusado. Ele tinha ocorrências registradas por conduta indisciplinada no colégio. Os jurados acataram os argumentos do MP. (GOIÁS,2010).

Nos Estados Unidos e em outros países, de maneira análoga ao Brasil, podem ser verificados vários motivos, diferenciando de nossa realidade somente os acontecimentos desencadeados por práticas terroristas, fato que não foi noticiado em nossas escolas. Essas afirmações podem ser facilmente verificadas nos excertos recortados das reportagens *Cronologia de ataques a tiros em escolas do Brasil (2019)* e *Os piores ataques a escolas nos últimos anos (2014)*, respectivamente.

Excerto 1 - Ataques às escolas no Brasil

MEDIANEIRA, 2018 – “Em setembro do ano passado, um adolescente de 15 anos abriu fogo contra colegas de classe no Colégio Estadual João Manoel Mondrone, na cidade de Medianeira, no oeste do Paraná. Não houve mortos, mas dois estudantes, de 15 e 18 anos, ficaram feridos. O atirador, que foi acobertado por outro colega, também de 15 anos, disse à polícia que sofria *bullying* na escola. O ataque teria sido planejado por dois meses”.

GOIÂNIA, 2017 – “O Colégio Goyases, escola particular de ensino infantil e fundamental, na capital de Goiás, foi palco de um ataque em outubro de 2017. Um aluno de 14 anos atirou contra colegas dentro de uma sala de aula, matando dois meninos de 12 e 13 anos e ferindo outros quatro, antes de ser impedido por alunos e professores quando tentava recarregar a arma, o atirador é filho de policiais militares e usou uma pistola da mãe para cometer o ataque. Ele alegou que o crime foi motivado por ser vítima de *bullying* de colegas.”

JOÃO PESSOA, 2012 – “Um adolescente de 16 anos feriu a tiros três alunas dentro da Escola Estadual Enéas Carvalho, em Santa Rita, na região metropolitana de João Pessoa, na Paraíba, em abril de 2012. Foram efetuados seis disparos com um revólver calibre 38. Em depoimento à polícia, o atirador disse que seu objetivo era acertar outro estudante de 15 anos com o qual havia discutido duas vezes, mas acabou atingindo as alunas, de 17 anos, que estavam próximas ao garoto. Elas tiveram alta nos dias seguintes ao crime.”

SÃO CAETANO DO SUL, 2011 – “Em setembro de 2011, um aluno de 10 anos atirou em uma professora e depois se matou na Escola Municipal Professora Alcina Dantas Feijão, em São Caetano do Sul, na Grande São Paulo. A docente de 38 anos sobreviveu aos disparos.”

Fonte: DW on-line (2019).

Excerto 2 - Ataques a escolas em outros países

DEZEMBRO DE 2012 - NEWTOWN, CONNECTICUT, ESTADOS UNIDOS – “Ex-aluno armado com dois revólveres e um rifle invade escola de Sandy Hook, mata 20 crianças e 6 mulheres e tira a própria vida.”

FEVEREIRO DE 2010 - ALABAMA, ESTADOS UNIDOS – “Uma professora matou três colegas do corpo docente da faculdade de biologia de Huntsville após saber que não seria efetivada no emprego. Ela foi presa.”

FEVEREIRO DE 2008 - BATON ROUGE (LOUISIANA), ESTADOS UNIDOS – “Uma estudante de enfermagem de 23 anos, identificada depois como Latina Williams, matou dois colegas no Louisiana

TechnicalCollege e depois se matou.”

ABRIL DE 2007 - VIRGÍNIA, ESTADOS UNIDOS – “No pior ataque a tiros da história americana, o estudante Cho Ceung-hu matou 32 pessoas na Universidade de Virginia Tech e se suicidou. A polícia depois descobriu que ele havia enviado uma mensagem em vídeo para uma emissora de televisão americana, na qual tentava justificar seus atos.”

SETEMBRO DE 2006 - MONTREAL, CANADÁ – “Uma mulher morreu e outras 19 pessoas ficam feridas quando um homem vestido de preto e armado com três revólveres invadiu o Dawson College na hora do almoço. Estudantes fugiram e se trancam nas salas de aula, enquanto Kimveer Gill, de 25 anos, percorria e vigiava os corredores. Ele morreu durante um tiroteio com policiais.”
--

Fonte: BBC News (2011).

Analisando os quadros e com base nas pesquisas literárias, não restam dúvidas de que não temos como definir um padrão único para pessoas que atacam as escolas: o criminoso pode ser alguém alheio ao ambiente escolar, ou pode vir da própria instituição de ensino. Considerando as dificuldades de diagnosticar transtornos velados em alunos ou em qualquer outro membro da comunidade escolar, que gera uma variável perigosa, impõe-se como necessidade para a escola criar uma barreira preventiva, baseada na segurança orgânica, ramo de segurança atribuído à contrainteligência, que tem o objetivo de salvaguarda e proteção de informações, pessoas e edificações.

Essas barreiras preventivas devem ser associadas ao treinamento de educadores e alunos para que, caso precisem se defender de um ataque por pessoa portadora de arma, saibam agir de acordo com uma conduta que possa salvar suas vidas. Nesse sentido, ousamos estabelecer um procedimento que as instituições deverão seguir em sua plenitude. Ou em parte, no início, evoluindo de acordo com cada padrão administrativo, no que tange à prevenção, e estabelecer um treinamento no mínimo semestral para que sejam observados os itens enumerados no Apêndice E. Essas orientações têm como objetivo salvar vidas, caso a coletividade estudantil seja exposta ao perigo de um ataque armado por uma ou diversas pessoas.

5 CONCLUSÃO

Ao iniciarmos este trabalho, estabelecemos como nosso objetivo geral elaborar medidas preventivas, envolvendo a segurança orgânica, bem como a criação de um grupo multifuncional que deve gerenciar todo o trabalho de prevenção a ataques por arma na escola e, ainda, adotar um plano de ação a ser seguido pela comunidade estudantil, caso estes se vejam em meio a um ataque por indivíduo portando arma ou instrumento que possa ferir de forma letal, buscando com isso proteger todas as pessoas no interior das instituições de ensino.

Nosso propósito foi plenamente alcançado, conforme apresentados apêndices que disponibilizamos ao final deste artigo, e podemos afirmar que, durante as pesquisas realizadas, fomos além do objetivo esperado, pois tivemos uma visão ampla da realidade estudantil em se tratando de segurança no interior dos estabelecimentos escolares.

Verificamos que há décadas nossas crianças e jovens são vítimas da violência gerada pela criminalidade ou pelo descontrole absoluto da mente humana dentro das escolas. Sabemos que o homem traz consigo a violência desde o início de sua história, portanto é impossível a extinção de práticas criminosas. Ainda assim, o controle de qualquer indicador de violência pode ser alcançado! Sempre visando esse objetivo, e por sermos operadores de segurança pública, jamais podemos deixar de apontar medidas ou caminhos que possam colaborar com o bem comum, sobretudo nas escolas, ambiente que deve ser dotado de segurança, aprendizagem e bem-estar.

O momento atual é de violência generalizada em toda parte, e isso exerce influência sobre os estabelecimentos de ensino por meio da intolerância, do tráfico de drogas, ou por vingança. Atos de extrema brutalidade podem ser cometidos em nossas escolas, e o mais triste é que o caos social, resultado de uma competitividade doentia e intolerante, pode ser levado até o corpo discente brasileiro, fazendo-os puxarem o gatilho, na maioria das vezes, sem ter a menor noção das consequências desses atos.

Em suma, como foi apresentado, o propósito aqui não é de forma alguma transformar nossas escolas em fortalezas medievais, enclausurando estudantes dentro de muralhas, mas sim fornecer auxílio aos administradores escolares, em qualquer esfera administrativa, para que possam melhorar a segurança nas instituições de ensino, bem como daqueles que se propõem a educar e ocupam o mais nobre ofício: transmitir conhecimento e sabedoria.

Queremos, com isso, contribuir para um ambiente escolar seguro e produtivo a alunos e a educadores. E indicamos àqueles que desejam prosseguir nesta pesquisa, com objetivo de melhorar a doutrina de segurança estabelecida nas escolas goianas, observar o sistema de segurança instituído nas escolas estaduais administradas pela Polícia Militar de Goiás, estabelecimentos que apresentam números insignificantes de violência, em se tratando de registro de ocorrências policiais envolvendo armas, realidade que deve ser elogiada e implementada por outras administrações.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jair. **Gestão de segurança patrimonial**. São Paulo: Editora Globus, 2016.

BRASIL. **Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984**. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1984.

BBC NEWS. **Cronologia de ataques a escolas pelo mundo**. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/03/090311_tirroteioshistoricoml.shtml. Acesso em: 15 nov. 2019.

DW. **Cronologia de ataques a tiros em escolas do Brasil**. Disponível em: www.dw.com/pt-br/cronologia-de-ataques-a-tiros-em-escolas-do-brasil/a-47902945. Acesso em: 15 nov. 2019.

GONÇALVES, Rodrigo. Coordenador é morto por aluno dentro de escola em Águas Lindas de Goiás, diz polícia. **G1 GO**, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/08/30/coordenador-e-morto-por-aluno-dentro-de-escola-em-aguas-lindas-de-goias-diz-policia.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2019.

GOIÁS (Estado). Polícia Militar do Estado de Goiás. **Procedimento operacional padrão.3**. ed. rev. e amp. Goiânia: PMGO, 2014.

GOIÁS (Estado). Ministério Público do Estado de Goiás. **Após recurso do MP, Tribunal do Júri condena estudante pela morte de diretor de escola em Caldas Novas**. 2010. Disponível em: <https://mp-go.jusbrasil.com.br/noticias/2165855/apos-recurso-do-mp-tribunal-do-juri-condena-estudante-pela-morte-de-diretor-de-escola-em-caldas-novas>.

LOTT JR., John. **Preconceito contra as armas**. Por que quase tudo que você ouviu sobre armas está errado? EUA: Freedomnomics, 2003.

LANGMAN, Peter. Cinco perguntas a Langman. Entrevista concedida a Sara Martins. Estados Unidos: **American Psychological Association**, v, 48, n. 10, nov. 2017. Disponível em: <https://www.apa.org/monitor/2017/11/conversation-langman>. Acesso em: 20 nov. 2019.

LUCAS, Sonia; CABRAL, Stelamaris. **Violências nas escolas**: desafio para prática docente. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

ROSSATO, Geovanio; ROSSATO Solange Marques. **Educando para a superação do bullying escolar**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AOS DIRIGENTES DE ESCOLAS

Instituição de ensino: _____ Endereço: _____

E-mail: _____ Fone: () _____

Questionário

- 1) A escola é destinada ao ensino:
() fundamental () médio () superior
- 2) Quanto a administração, a escola é:
() estadual () municipal () particular
- 3) A escola possui um grupo multifuncional, preferencialmente composto de um psicólogo, para prevenção e análise de distúrbios comportamentais?
() Sim () Não
- 4) A escola desenvolve algum programa de combate ao *bullying*?
() Sim () Não
- 5) Na escola já ocorreu algum tipo de ocorrência em decorrência de *bullying*?
() Sim () Não
- 6) Na escola, já ocorreu alguma ocorrência envolvendo arma com alto nível de letalidade?
() Sim () Não
- 7) A escola possui sistema de segurança predial, como controle de entrada, vigilantes, ou câmeras de monitoramento?
() Sim () Não
- 8) A escola acha necessário possuir um sistema de segurança?
() Sim () Não
- 9) A escola faz treinamentos periódicos com funcionários e alunos, estabelecendo condutas individuais e coletivas em caso de ataque por indivíduo portando arma de alta letalidade? () Sim () Não
- 10) Acha necessária a elaboração de um trabalho que venha a orientar o público estudantil a como agir em caso de ataque por indivíduo armado?
() Sim () Não

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: Artigo científico: “Prevenção e atuação frente a ataques a escolas em Goiás”, conduzido pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, autor: Aluno CHOA Wesley Batista GOMES. Esse estudo tem por objetivo estabelecer uma doutrina preventiva aos ataques a escolas por indivíduos armados, e consiste em desenvolver uma série de medidas a serem seguidas pelo público interno das escolas.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail: wesleyrotamchoque@outlook.com e, inclusive, sob forma de ligação, através do seguinte contato telefônico: (62) 99627-8452.

Informações importantes da pesquisa: Título: “Prevenção e atuação frente a ataques em escolas em Goiás”. Objetivo geral: estabelecer doutrina preventiva aos ataques às escolas por indivíduos armados, bem como desenvolver uma série de medidas a serem seguidas pelo público interno. O trabalho se justifica devido à inexistência de uma doutrina de prevenção a ataques de indivíduo armado e de um conjunto de ações a serem seguidos por possíveis vítimas. Assim, esperam-se resultados efetivos que corroborem para o crescimento científico e que também venham oferecer respostas às necessidades mais preeminentes para os gestores da segurança pública. A pesquisa se dará com aplicação de um questionário, no local de seu trabalho, com duração máxima de trinta minutos, a diretores ou responsáveis por escolas do estado de Goiás. A publicidade se dará através da publicação do artigo em uma revista científica.

Declaro que, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, aceito participar do presente Projeto de Pesquisa.

Goiânia, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE C – ESTRUTURA DE SEGURANÇA ORGÂNICA PARA ESCOLAS

As edificações destinadas a abrigarem escolas devem contar com um padrão mínimo de segurança incorporada à sua estrutura, através de um projeto elaborado por profissional da área.



Quanto às instalações que foram concebidas há muitos anos ou em prédios que não foram construídos para ser uma escola, mas que acabaram recebendo essa ocupação, é possível que recebam um projeto de segurança orgânica que seja viável e eficiente.

Vale ressaltar que o objetivo não é transformar a escola em uma fortaleza ou prisão, mas utilizar os meios de segurança contemporâneos que ajudam a prevenir ataques no interior e nas imediações do complexo escolar, ou, ainda que, caso este venha a acontecer, os itens de segurança orgânica colaborem com o controle da crise e possam ser utilizados pelas polícias judiciárias nas elucidações de fatos investigados.

C-1) Controle de entrada



www.biomessenger.com.br

I - É aconselhável que a escola tenha uma única portaria de entrada, caso seja necessário mais de uma, repetir as mesmas normas nas demais.

II - O local de saída pode ser o mesmo utilizado para a entrada, no entanto, deve-se observar as saídas de emergência de acordo com as normas da defesa civil, lembrando que essas saídas serão utilizadas em um plano de evacuação em caso de ataque por indivíduo armado, sendo ideal uma saída de emergência por pavilhão, com acionamento eletrônico de abertura ou destravamento dos portões.

III - Todos os alunos devem fazer uso de uniformes para serem identificados de forma dinâmica e eficaz.

IV - Funcionários e professores que não utilizam uniformes da instituição devem fazer uso de outro meio de identificação, como crachá ou documento de identidade.

V - A portaria deve manter um controle de visitantes, mantendo um banco de dados através de anotações das informações pessoais de toda pessoa que adentrar o ambiente escolar.

Ação corretiva:

Caso a escola pretenda utilizar equipamentos de detecção de metais ou instalar catracas com recurso biométrico, estará em muito melhorando sua eficiência em segurança de controle de entrada o que configuram ações eficazes, todavia deve-se observar que tais sistemas possuem valor elevado e sua utilização exige a aplicação de mão de obra especializada, fator que eleva o valor do projeto de implantação. É importante ressaltar que procuramos aumentar a segurança de todos, mas o gestor deve analisar o impacto psicológico entre os frequentadores, um aparato muito rígido pode gerar um efeito negativo em meio ao público interno, como o sentimento de estar sempre em perigo. A implantação de tais sistemas não substitui a necessidade dos itens anteriores.

VI– Manter um profissional de segurança, preferencialmente armado, que deverá estar sempre posicionado na entrada, para coibir qualquer ato de insegurança, orientando cordialmente a todos.

VII – É importante que um funcionário da escola esteja sempre presente na portaria, o segurança deve estar atento a atos de insegurança, cabendo ao funcionário administrativo o atendimento e orientações diversas àqueles que a procuram.



www.globalseg.com

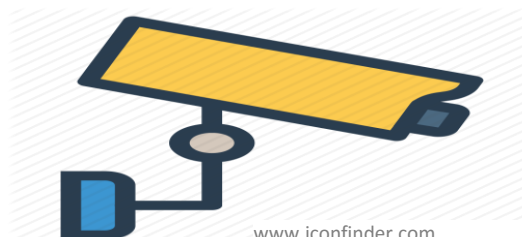
C 2 - Sistema de monitoramento



www.depositphotos.com

I – Implantar ou manter uma sala de controle e monitoramento de segurança, onde ficará um responsável pelo monitoramento, acionamento de alarmes e abertura de portões ou portas de emergência.

II– Implantar ou manter um sistema de CFTV: um circuito fechado de TV que conta com uma rede de câmeras conectadas a monitores, de modo que as imagens possam ser gravadas e transmitidas pela internet em tempo real, tornando possível a manutenção de uma vigilância ostensiva em pontos estratégicos do edifício, como garagem, áreas de grande circulação, calçadas e elevadores.



www.iconfinder.com

Esse sistema é uma ferramenta importante para o monitoramento dos acontecimentos em áreas comuns da escola, proporcionando à equipe de prevenção a possibilidade de coibir práticas indesejadas como *bullying*, trote, utilização ou tráfico de drogas, sendo indispensável em investigações caso seja necessário esclarecer qualquer tipo de ocorrência no interior da escola.

C 3 - Sistema de alarmes

I – Instalar ou manter um sistema de alarme, que consiste em um conjunto de sirenes instaladas em locais onde todos possam ouvir ao serem acionadas, com som exclusivo para alertar a ocorrência de ataques com armas, além de outras situações que a equipe multifuncional julgar necessária.



C 4 - Arquitetura e engenharia



I – Implantar portas de acesso às dependências internas da instituição de ensino, como salas de aula, administração e secretária, utilizando material de alta resistência. A indicação mais viável são as portas confeccionadas em chapa de aço perfil 18 ou 16 mm, portas desse material não são a prova de disparos de arma de fogo; entretanto apresentam alta resistência, impossibilitando um criminoso de transpor o obstáculo de forma rápida para atacar pessoas protegidas nesse ambiente.

Os ataques a escolas analisados duraram em média dez e quinze minutos, e o tempo de resposta da polícia militar para esse tipo de chamada, que indubitavelmente configura um cenário alarmante, é imediato e consta como prioridade. Nesses casos, até mesmo unidades especializadas, BOPE, ROTAM, GIRO, CHOQUE e o GRAER, passam a trabalhar em prol da resolução do impasse. Assim, provavelmente, enquanto o criminoso tentar romper o obstáculo de segurança será surpreendido pelas forças policiais.

II – Instalar janelas, de forma que as mesmas tenham início a partir de uma altura de 2 m do piso, para dificultar um ataque por este local.

APÊNDICE D – GRUPO MULTIFUNCIONAL DE PREVENÇÃO E TREINAMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR

A melhor forma de lidar com o ataque de atiradores é a prevenção. Por isso, a implantação de um grupo multifuncional é indispensável para o desenvolvimento das ações preventivas que devem direcionar o sistema de segurança de uma escola. Esse grupo terá a função de estreitar o contato da escola com os alunos, possibilitando a identificação de qualquer distúrbio em meio à comunidade estudantil, estabelecendo uma política de combate à prática do *bullying*, protegendo e orientando a vítima e os praticantes das ofensas ou brincadeiras maldosas, exercendo a função direta de manter um plano de ação de emergência, preparando as pessoas para responder a uma situação de crise com eficácia, com a finalidade de evitar mortes.



Os treinamentos sobre como agir no caso de uma crise, em que membros da escola estejam sendo atacados por indivíduo armado, devem ser no mínimo semestrais e ser colocados em prática todos os itens enumerados no Apêndice E.

Durante os treinamentos, as funções essenciais devem ser atribuídas a pessoas que saibam operar equipamentos sob sua responsabilidade, como portões com controle eletrônico, e outros pontos de acionamento que deverão ser acionados pelo funcionário que trabalha no sistema de monitoramento, e em caso de ataque ele deve de imediato enclausurar-se no interior de seu ambiente de trabalho e acionar as forças de segurança repassando o máximo de informações ao atendente do órgão solicitado.

Caso a escola conte com a presença de alunos ou funcionários com necessidades especiais, durante os treinamentos, devem ser escolhidas as pessoas do convívio e da confiança do portador de necessidade especial, que deverão auxiliá-lo em situação de crise.



O grupo multifuncional tem a responsabilidade de observar o comportamento dos alunos e funcionários da escola, a fim de analisar qualquer um dos sintomas enumerados no Anexo A, sendo responsáveis pela abordagem, e, se necessário, pelo encaminhamento à autoridade ou a um profissional que a situação requeira.



A escola deve manter atualizadas informações relativas aos hospitais da área, como localização, endereço e telefone, bem como das forças de segurança, que devem ser



convidadas a participar dos treinamentos que ensinam como agir em caso de crise. O contato com a polícia militar poderá ser feito diretamente com o Batalhão de Polícia Militar da área ou, no caso de Goiânia, no Batalhão escolar.

APÊNDICE E – PROCEDIMENTO DE CONTENÇÃO EM CASO DE ATAQUE POR ARMA AO PÚBLICO ESCOLAR

1- Acionar o alarme específico alertando sobre ataque por indivíduo armado;

2 - Acionar as forças de segurança através dos meios disponíveis;

2 a – Esclarecimento, telefones uteis:

Telefone PMGO: **190**

Telefone CPU Batalhão Escolar em Goiânia: **(62) 99628-9527**

Telefone da viatura policial militar da área da escola:
Atualizar essa informação junto ao Batalhão de Polícia Militar responsável pela área da escola.

Guarda Civil Metropolitana em Goiânia: **Disque denúncia (62) 3524-8607, emergência 153.**



3 – Não tentar dialogar ou negociar com o indivíduo armado durante a crise;

4 – Não tentar dominar o criminoso através de ataques suicidas;

4 a – Ação corretiva:

Caso a escola possua segurança armada, esse profissional deverá agir de acordo com seu treinamento, com o objetivo de dominar o criminoso ou agir na preservação da vida, sua e de terceiros, observando o princípio da legítima defesa.

5 – Abrir ou liberar os portões de emergência;

6 – Evacuar todos os alunos ou funcionários que estiverem em pavilhões diferentes do pavilhão sob ataque;

6 a – Ações corretiva:

Caso a escola sob ataque seja em edificação vertical que possua elevador, não utilizar o meio de transporte para a evacuação.

Caso o criminoso esteja no pavilhão ou nas proximidades da sala de aula ou qualquer sala da administração, fechar a porta metálica reforçada, enclausurando as pessoas no local, dificultando o ataque do indivíduo armado.

Caso estejam em sala ou local que não possa ser fechado, procurar esconderijo em outro ambiente seguro e que sirva de abrigo.

6 b – Esclarecimento:

Abrigo consiste em qualquer lugar que esconda e proteja uma pessoa contra disparos de arma de fogo.

7 – Deitem-se todos ao solo nos fundos da sala, o mais longe possível da porta;

7 a – Ação corretiva:

Caso a turma tenha aluno(a) ou professor(a) com necessidade especial, ele(a) deve ser auxiliado pela pessoa convencionada no treinamento semestral.

7 b – Possibilidade de erro:

Abrir a porta antes do fim do ataque criminoso, ainda havendo a possibilidade de estar o criminoso em frete à sala ou no pavilhão sem que as forças de segurança estejam presentes.

8 – Providenciar socorro aos feridos;

8 a – Esclarecimentos, telefones úteis:

SAMU: 192

Bombeiros: 193

9 – Aguardar as orientações das forças de segurança e profissionais de saúde;

10 – Colaborar com a preservação do possível local de crime.



www.istock.com

ANEXO A – ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA³

Ao discutirmos a temática do *bullying* e da violência escolar, é importante considerarmos a etiologia do fenômeno violência. Na teoria freudiana (1929), ela é inerente ao próprio homem, funciona como expressão da pulsão de morte, ou seja, uma tendência que nos leva a utilizar a auto ou hétero agressividade como forma de lidar com a tensão e a ansiedade.

Desse modo o fenômeno da violência permeia a sociedade, as famílias e também as escolas, principalmente por serem espaços de convivência coletiva e gerarem mais tensão, aliadas às características próprias da juventude, como mecanismos menos amadurecidos para lidar adequadamente com as tensões da vida, menor controle dos impulsos e baixa tolerância à frustração. Esses fatores associados tornam o ambiente de convivência escolar propenso a manifestações violentas.

Outro dado relevante a ser analisado é o fato de inúmeros transtornos mentais terem início na infância e/ou adolescência, como alguns transtornos de ansiedade, de humor, transtornos alimentares, esquizofrenia e dependência química.

Assim, temos um ambiente originalmente idealizado para exercitar habilidades acadêmicas e fomentar o crescimento e amadurecimento dos indivíduos. No entanto, muitas vezes a escola serve de cenário a manifestações de violência que podem potencializar os transtornos mentais. Nesse sentido, é importante que pais, professores e demais envolvidos na dinâmica escolar fiquem atentos aos sinais indicativos de manifestações de transtornos mentais o mais precocemente possível, como piora no rendimento escolar, falta de interesse/desmotivação, labilidade emocional, tristeza sem motivo aparente, irritabilidade, isolamento social, embotamento afetivo, automutilação, ideias recorrentes de culpa e inutilidade, mudança súbita e inexplicável de comportamentos, conteúdos fantasiosos e pouco realistas, ausência de empatia.

Esses sinais indicam sintomas importantes de transtornos mentais que se manifestam em idade escolar e podem ser agravados, por fatores como o *bullying*, e serem percussores de ações violentas.

Idealmente é indicado que os profissionais envolvidos se empenhem em estabelecer uma relação empática e próxima para conhecer a estrutura familiar dos alunos, a dinâmica existente entre os papéis de vítima e agressor, identificar ainda que minimamente os

³ Texto técnico elaborado para este artigo por Ana Paula Nogueira Nunes, psicóloga da Polícia Militar de Goiás, graduada em Psicologia pela PUC-GO, especialista em Saúde do Trabalho.

sintomas de transtornos mentais e encaminhar os casos de suspeição para avaliação especializada.

No cotidiano é aconselhável que os familiares e profissionais de educação estejam atentos, que se unam, não negligenciem nenhum dos sinais acima descritos e, na presença de algum deles, se aproximem empaticamente da criança ou adolescente, oferecendo apoio, orientação e acolhimento.

De modo geral, também é aconselhável que pais e professores se empenhem em desenvolver e estimular não só as habilidades acadêmicas, mas principalmente as habilidades sociais em crianças e adolescentes para ajudá-los a lidar com os desafios cotidianos em casa, na escola e nos diversos círculos de convívio. Estimular a aceitação das diferenças e a cooperação em detrimento da competição.

Concomitantemente, cabe à sociedade e ao Estado fornecer apoio psicossocial em escolas e outros ambientes comunitários, estabelecendo programas de conscientização a crianças e adolescentes sobre a importância e as formas de cuidar de sua saúde mental, ajudando a desenvolver resiliência desde a infância.

